



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002462-96.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: Seção de Administração Predial - SEAP

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 11/2023 – Contratação de **serviços terceirizados de limpeza e conservação para os prédios do TRE-RO** - Fórum Eleitoral, Anexo III (Seção de Transportes) e Prédio Sede - todos no município de Porto Velho.

DESPACHO Nº 677 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Administração Predial (SEAP), visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização, **sem fornecimento de material**, para os edifícios da Justiça Eleitoral localizados na cidade de Porto Velho/RO, para o período de 30 (trinta) meses (0884120).

Após a publicação do edital do certame, houve um pedido de esclarecimento elaborado pela empresa **AGC PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, que versava sobre a utilização de preços máximos e mínimos para o recebimento das propostas, declarado intempestivo pelo Pregoeiro (1004424). Não houve impugnação ao edital.

Para instrução do processo, o pregoeiro trouxe os seguintes documentos: Relatório de propostas (1005438); Propostas das licitantes - **GOLDEN CONSTRUCOES, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA LTDA** - CNPJ: 10.565.121/0001-34 (1005462), **APTUS TERCEIRIZAÇÕES EIRELI** - CNPJ 05.332.859/0001-11 (1005466/1005468), **MC COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA** - CNPJ 04.236.031/0001-05 (1009006/1009031) e **M. L. PERES EMPREENDIMENTOS LTDA (EJ RODRIGUES)** - CNPJ 13.993.675/0001-20 (1010717/1010720); documentos de habilitação da empresa que teve sua proposta aceita juntados aos eventos n. 1010756 e 1010760; Ata do certame (1013900), o Resultado por Fornecedor (1015531), o Termo de Adjudicação (1015529) e a publicação do Resultado de Licitação (1015985). Por fim, juntou o Relatório n. 34/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC (1015584), expondo as principais ocorrências do certame.

Cumpridas as fases de julgamento e de habilitação, o Pregoeiro declarou vencedora do certame a proposta da licitante **M. L. PERES EMPREENDIMENTOS LTDA (EJ RODRIGUES)** - CNPJ 13.993.675/0001-20, no valor R\$ 1.869.997,90 (um milhão, oitocentos e sessenta e nove mil novecentos e noventa e sete reais e noventa centavos).

A empresa **E. R. P. DE OLIVEIRA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA** registrou intenção de recurso (1013902), declarado deserto pelo pregoeiro em razão de no haver elementos mínimo para sua análise, bem como em razão da desistência da própria empresa recorrente ao reconhecer que a proposta e os documentos de habilitação foram diligentemente analisados e que cumprem ao edital (evento n. 1013903). Prosseguindo com os trâmites, o Pregoeiro adjudicou o objeto à vencedora (1015529).

Analisando o procedimento licitatório, a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (1015529), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 opinando, ainda, pela regularidade da recusa da proposta da licitante **GOLDEN CONSTRUCOES, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA LTDA**, pela abertura de procedimento administrativo para apuração da conduta das empresas **APTUS TERCEIRIZAÇÕES EIRELI** - CNPJ 05.332.859/0001-11 e **MC COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA** - CNPJ 04.236.031/0001-05 (1016082).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico nº 11/2023 (1013900).

Da análise dos autos verifica-se a regularidade da tramitação das fases preparatória, de divulgação do edital e apresentação das propostas e lances, contudo, na fase de julgamento, mais especificamente na subfase da aceitação/negociação das propostas verificou-se a ocorrência de incidentes envolvendo as licitantes **GOLDEN CONSTRUCOES, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA LTDA, APTUS TERCEIRIZAÇÕES EIRELI e MC COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA** que tiveram suas propostas recusadas.

Analisando individualmente os motivos da recusa de cada proposta, verifica-se que em relação a licitante **GOLDEN CONSTRUCOES, CONSERVACAO E LIMPEZA URBANA LTDA** - CNPJ: 10.565.121/0001-34, irretocável se mostra a decisão do pregoeiro ao recusá-la considerando a justificativa da ocorrência de erro material pela licitante que registrou valores completamente divergentes no sistema compras net (R\$ 1.5000,00 - 1005438) do constante do anexo de sua proposta (R\$ **55.000.000,00 - 1005462**), tendo em vista que tal ocorrência não alterou e nem acarretou prejuízo ao desfecho do certame e a seus participantes, entendimento, também dispendido pela setor jurídico deste Tribunal conforme registrado na letra fl do item 8 do parecer juntado ao evento n. 1016082.

Com relação a proposta ofertada pela licitante **APTUS TERCEIRIZAÇÕES EIRELI** - CNPJ 05.332.859/0001-11, o que se extrai dos autos é que a mesma solicitou a desclassificação de sua proposta tendo em vista equívoco em seu dimensionamento, mais precisamente em razão da possibilidade futura de desenquadramento do simples nacional.

Novamente acertada a conduta do pregoeiro em recusar a proposta prestigiando a segurança da contratação, zelando pela celebração de um contrato firme entre as partes com previsão de execução sem incidentes.

Contudo, justificativas de cunho particular da licitante, bem assim, as que deu causa, não tem o condão de sobrepor o compromisso assumido junto a Administração Pública ao ofertar uma proposta em um certame licitatório, uma vez que é previamente conhecedora de todas as regras do edital e que a formulação de propostas é de sua inteira responsabilidade e a elas ficam vinculadas.

Diga-se isso, porque o que se verifica é que a licitante considerou aspectos restritos as suas vantagens pessoais para desistência de sua proposta ao verificar que dimensionou seus tributos pelo regime do simples nacional, quando eventualmente haveria a possibilidade de seu desenquadramento posterior a esse regime, o que levaria ao recolhimento majorado de seus tributos e, conseqüentemente, prejuízo considerando a proposta ofertada.

Conforme apontamentos da AJSAOFC extraídos da legislação que rege a matéria há eventual consequências jurídicas para tal a conduta da licitante que não manteve sua proposta, assumindo como firmes e verdadeiras suas declarações, como se verifica no caso concreto, a serem apuradas em procedimento próprio.

Sendo assim, preliminarmente, não se apura a comprovação de justo motivo a respaldar a desistência da proposta apresentada pela licitante **APTUS TERCEIRIZAÇÕES EIRELI** - CNPJ 05.332.859/0001-11, de modo que, nos termos como dispostos nos itens 5.1.2 c/c 15.9 do Edital do Pregão Eletrônico n. 11/2023 e inciso III do artigo 19 do Decreto Federal n. 10.024/2019, deve-se proceder a abertura de processo administrativo para apuração da ocorrência de condutas tipificadas no art. 7º da Lei n. 10.520, com vistas à aplicação de eventuais penalidades.

No que diz respeito a licitante **MC COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA** - CNPJ 04.236.031/0001-05, verifica-se que esta teve sua proposta recusada em razão de não haver se enquadrado no status de micro empresa ou empresa de pequeno porte conforme inicialmente declarado no certame.

Houve recusa de sua proposta foi recusa porque, de acordo com a LC n. 123/2006, para fins de gozo dos benefícios para ME/EPP em processo licitatório, a empresa licitante não pode auferir, em cada ano-calendário, receita bruta superior ao R\$ 4.800.000,00, ao passo que constatou-se que a licitante obteve receita bruta no valor R\$ 6.431.319,13 no exercício de 2022, cifra que ultrapassa o limite previsto na lei, logo não devia se declarar ME/EPP como expressamente o fez na página 10 do evento 1009070.

Em que pese a referida licitante não ter obtido diretamente o benefício com a declaração de ser ME/EPP, em razão do critério de desempate na fase de lances ou durante a recusa das propostas das empresas anteriores (art. 44 da LC 123/06), tal fato influenciou no resultado do da colocação das demais licitantes no certame.

E, como bem apontado pela AJSAOFC em seu parecer jurídico, a conduta da licitante ao apresentar declaração divergente da realidade pode ser tipificada como fraude ao certame nos termos da jurisprudência da Corte de Contas, tendo em vista afrontar as regras da LC n. 123/2006, sendo capaz de ferir a lisura e a isonomia que regem a disputa.

Dessa forma, não se verificando previamente nos autos a ocorrência de erro justificável para o fato, bem como apurada o prejuízo ao andamento do certame licitatório, deve-se, com fundamento nos itens 4.5, "b" d "c" c/c 15.9 do Edital do Pregão Eletrônico n. 11/2023 e inciso III do artigo 19 do Decreto Federal n. 10.024/2019, operacionalizar-se a abertura de processo administrativo para apuração da conduta da licitante.

Feitos os registros acima, com os comandos expressos para cada caso, analisando os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado (1016082), constata-se na condução de todo o procedimento licitatório foram obedecidos os procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Assim, embora tenha registro das ocorrências na fase de negociação/aceitação do certame, observa-se que o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico (1013900).

Por fim, é importante registrar a necessidade de, na fase de planejamento das contratações, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC adote como rotina a atuação conjunta com a Assessoria de Sustentabilidade e Acessibilidade - ASSESUA, considerando a obrigação de cumprimento das medidas sustentáveis, reduzindo os impactos ambientais, além de possibilitar a tomada de decisões que beneficie e atenda todas as necessidades da Administração.

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO nº 11/2023**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação (1015529).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à **ASLIC** para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Determino a abertura de processos administrativos para apuração das condutas das licitantes **APTUS TERCEIRIZAÇÕES EIRELI** - CNPJ 05.332.859/0001-11 e **MC COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E SERVIÇO DE LIMPEZA LTDA** - CNPJ 04.236.031/0001-05, observando-se as regras dos artigos 53 e seguintes da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2018.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para dar continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 19/06/2023, às 11:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1022342** e o código CRC **CA82853B**.